



## **DA PEDRA BRUTA À TÁBUA DE DELINEAR: A FORMAÇÃO DA MAÇONARIA E SUA FORMA DE SOCIABILIDADE BURGUESA**

---

***FROM THE ROUGH STONE TO THE TRACING BOARD: THE FORMATION OF FREEMASONRY AND ITS BOURGEOIS FORM OF SOCIABILITY***

**Tiago Valenciano**

**Email:** tiagovalenciano@gmail.com

**Eduardo Soncini Miranda**

**E-mail:** eduardomiranda@ufpr.br

Artigo enviado em: 09 de setembro de 2021.

Aceito em 28 de junho de 2022.

### **Resumo:**

O objetivo deste trabalho é debater as origens, o desenvolvimento e o conceito de maçonaria a partir da relação de sociabilidade estabelecida entre seus integrantes. Inicialmente, pretende-se delinear as origens da maçonaria, os mitos e verdades envolvendo a instituição e como há a pesquisa acadêmica acerca do tema. No segundo momento, apresentamos a transição existente entre o período da maçonaria operativa para a especulativa para, finalmente, estabelecermos a relação entre sociabilidade burguesa e maçonaria, a fim de demonstrar que a instituição possui relações sociais fixas a partir da posição social articulada.

**Palavras-chaves:** maçonaria; sociabilidade; história.

### **Abstract:**

This work's objective is to debate the origins, development and concept of Freemasonry from the sociability relationship established among its members. At first it is intended to outline the origins of Freemasonry, the myths and truths surrounding the institution and some aspects of the academic research on the subject. Secondly, we present the transition between the period of "operative" to "speculative" Freemasonry to, finally, establish the relationship between bourgeois sociability and Freemasonry, in order to demonstrate that the institution has fixed social relations based on articulated social position.

**Keywords:** Freemasonry; sociability; history

\*\*\*

## INTRODUÇÃO

A socialização talvez seja um dos grandes temas objeto de estudos da sociologia, possivelmente se confundindo com a ciência ela própria. Nesse sentido, diversos autores, entre clássicos Durkheim, Weber e Marx até autores mais contemporâneos como Karl Mannheim e Peter Berger. (ARON, 2016).

A socialização, aqui também compreendida como uma extensão/derivação, a saber: a sociabilidade é um processo de aquisição de maneiras de agir, pensar (fato social, durkheimiano) e sentir próprias dos grupos, da sociedade em que o indivíduo vive, reforçando laços em uma espécie de via de mão dupla onde o indivíduo interfere na molduraração da sociedade e a sociedade interfere na socialização do indivíduo dialeticamente. Fato objetivo nessa perspectiva é constatar que quando nascemos já encontramos valores, normas, leis, práticas e costumes sociais previamente estabelecidos.

O ser humano é um ser de desejos próprios e individuais, mas também é um ser social que se constrói como indivíduo na interação com outros seres humanos dentro de uma sociedade com regras e costumes específicos. O fundamental é entender que o que é individual (de cada um) e o que é comum (compartilhado entre indivíduos) não estão separados, mas formam uma relação que se constitui no cotidiano da vida social. Da tensão entre indivíduo e sociedade, da identificação e reforço ou do estranhamento e das lutas por mudanças é que nascem e se desenvolvem também as próprias instituições sociais.

Só num sentido muito restrito, o indivíduo cria com seus próprios recursos o modo de falar e de pensar que lhe são atribuídos. Fala o idioma de seu grupo; pensa à maneira de seu grupo. Encontra a sua disposição apenas determinadas palavras e significados. Estas não só determinam, em grau considerável, as vias de acesso mental ao mundo circundante, mas também mostram, ao mesmo tempo, sob que ângulo e em que contexto de atividade os objetos foram até agora perceptíveis ao grupo ou ao indivíduo". (MANNHEIM, K. 1950, p 22)

Este trabalho procura debater o conceito de maçonaria a partir da relação de sociabilidade estabelecida entre seus integrantes. Por meio de uma investigação acerca das possíveis origens da maçonaria objetivamos destacar a transição e um período classificado como "maçonaria operativa" para um outro denominado "especulativo". Por fim, relacionamos sociabilidade burguesa com maçonaria para demonstrar as relações sociais entre elas existentes.

## AS ORIGENS DA MAÇONARIA

Muito tem se questionado sobre o que é a maçonaria. Em rápida busca em qualquer meio de informação, podemos definir os principais objetivos da instituição, além de seu conhecido lema cunhado e popularizado via Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Porém, àqueles que desejam aprender mais sobre o tema,

deparam-se com fontes divergentes quanto à origem e evolução histórica, repassadas de acordo com a interpretação de cada autor.

A primeira explicação, de forma mítica, sobre a origem da maçonaria, é dada na época da construção do Templo de Salomão. Segundo a lenda bíblica, “o Rei Davi, pertencente à Tribo de Judá, queria construir uma casa para Jeová, Deus de Israel na bíblia hebraica, para que fosse guardada a Arca da Aliança (objeto onde as tábuas dos dez mandamentos e outras especiarias de valor religioso foram guardadas)”. Este desejo não foi concedido por Deus, por conta das disputas existentes nas guerras do período. Apenas Salomão (que significa paz), filho de Deus, poderia edificar a obra (NETO, 2005). Ou seja, segundo a bíblia, a “casa de Deus” deveria ser erigida em paz.<sup>1</sup>

Sem a habilidade necessária para a construção do templo, “Salomão solicitou à Hirão, Rei de Tiro, que fizesse a obra. Hirão designou Hirão Abif, um habilidoso mestre na arte de construir, para que a erguesse. Abif selecionou cerca de 153.600 trabalhadores e os dividiu em três categorias distintas: 80.000 estariam nas montanhas, cuidando da extração de pedras; 70.000 carregariam estas pedras até o local da obra; e 3.600 trabalhadores iriam construir inspecionar e ensinar os métodos de construção”.<sup>2</sup>

Esta divisão de trabalhadores seria, segundo Elias Mansur Neto (2005), a primeira organização dos primórdios da maçonaria:

Para que a organização funcionasse, Hirão chamou os 80.000 que extraíam pedras da montanha de Aprendizes; os 70.000 que levavam as pedras para o local da construção foram chamados de Companheiros; e os 3.600 que trabalhavam diretamente na construção do Templo ensinavam e inspecionavam o trabalho foram chamados de Mestres. As lojas maçônicas de hoje são constituídas basicamente de Aprendizes, Companheiros e Mestres. (NETO, 2005, p. 22)

Segundo a lenda, como a maioria os trabalhadores não eram alfabetizados, a comunicação entre os operários era executada por sinais, toques e palavras e, para que o pagamento fosse realizado, cada operário – de acordo com o seu grau, deveria pronunciar uma palavra, uma espécie de senha, identificando se era um aprendiz, companheiro ou mestre. Àqueles que porventura esqueciam a palavra, ficava automaticamente sem o pagamento.

A pedra fundamental do Templo de Salomão foi fixada em 967 a.C., quatro anos após Salomão ter assumido o trono, que trocou a mão-de-obra dos operários de Hirão por alimentos. Especula-se, ainda, que Hirão, Hirão Abif e Jesus Cristo foram os três primeiros mestres da maçonaria, algo não confirmado até hoje (NETO, 2005).

Lévi-Strauss também argumenta sobre a formação de um mito a partir da bíblia:

---

<sup>1</sup> Presentes na Bíblia nos livros de Samuel 7:1-16; Reis 5:3-5; 8:17; e Crônicas 17:1-14; 22:6-10.

<sup>2</sup> Reis 5:15-16; 9:20-21; 2 Crônicas 2:2.

Tem-se precisamente o mesmo problema com a Bíblia, porque parece que o seu material de base era formado por elementos desconexos que depois foram reunidos por filósofos conhecedores para tecer uma história contínua. Seria extremamente importante descobrir se a situação entre os povos sem escrita que foram estudados pelos antropólogos é a mesma que a da Bíblia ou outra completamente diferente. (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 34)

O tipo de mito citado por Lévi-Strauss – que tem “o mesmo problema da Bíblia” é a questão da reunião de informações desconexas, dispersas e, que a partir da visão de um profissional (normalmente filósofo), este passa a ser catalogado, colocado em ordem. Assim, o mito do início da maçonaria foi instaurado: a partir da releitura do livro (a Bíblia), os maçons atribuíram a si mesmo este passado glorioso, pautado pela presença durante a construção do templo do rei Salomão, entre outros feitos mítico-históricos.

Este primeiro período da síntese explicativa sobre as origens da maçonaria nos auxilia a compreender a fase primitiva ou lendária da instituição, isto é, o momento no qual não havia registros históricos e incontestes de sua gênese. A maçonaria primitiva ou lendária está fadada às explicações orais, tradicionais, repassadas normalmente entre os próprios maçons, sem a necessidade de comprovação científica, por exemplo, que os fatos demonstrados realmente aconteceram (SPOLADORE, 2003).

Muitos integrantes da instituição ainda hoje acreditam que esta é a verdadeira origem da mesma. Entretanto, não há como precisar a data da fundação. Kenyó Ismail (2013) alega que esta não é a história comprovada da criação da maçonaria, pois “As versões são geralmente bastante similares entre si e, pelo conteúdo, se parecem com as histórias contadas para crianças antes de dormir”<sup>3</sup>. Na visão do autor, portanto, a ordem deve caminhar para pesquisas mais científicas, no sentido de comprovar os fatos propagados, pois um maçom do Século XXI, que possui senso crítico, não deve acreditar em ensinamentos neste sentido.<sup>4</sup>

Diante da crítica das origens lendárias da maçonaria, procurou-se justificar sua criação, com elementos concretos quando comparados com a primeira fase, essencialmente lendária. Assim nasce a segunda fase explicativa, denominada fase operativa. A instituição estava ligada diretamente às corporações de ofício, que nasceram no Século XII para disciplinar a produção artesanal característica da Idade Média – que substituíram a relação escravista dominante da Europa da época:

O emprego de escravos tende a afastar homens livres do trabalho, que é visto como ocupação indigna. Ao longo da classe superior, que não trabalha, proprietários de escravos, forma-se uma classe média que também não trabalha. Devido ao emprego de escravos, a sociedade é forçada a adotar uma estrutura de trabalho relativamente simples, servindo-se de técnicas que

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2012/03/historia-da-maconaria-para-adultos.html>> Acesso em: 19 dez 2013

<sup>4</sup> Presentes na Bíblia nos livros de Samuel 7:1-16; Reis 5:3-5; 8:17; e Crônicas 17:1-14; 22:6-10.

podem ser utilizadas pelos escravos e, que, por essa razão, tornam-se relativamente impermeáveis à mudança, ao melhoramento e a adaptação a novas situações. A reprodução do capital fica vinculada à reprodução dos escravos, desta maneira, direta ou indiretamente, ao sucesso de campanhas militares, à produção de reservas de escravos, e nunca é passível de cálculo no mesmo grau que numa sociedade na qual não é a pessoa inteira que se compra por toda vida, mas serviços especiais de trabalho de indivíduos que, socialmente, são mais ou menos livres. (ELIAS, 1993, P. 56)

Portanto, o trabalho não possuía visão positiva e, desta forma os escravos realizavam tal ofício. Com a introdução das corporações de ofício, o trabalho passou a um caráter positivo, com a hierarquia de seus trabalhadores e a união de profissionais que atuavam nas mesmas áreas, ampliando negócios e racionalizando o sistema de produção. Para época, as corporações representavam um significativo avanço no modo de produção, estritamente artesanal e direcionado para pequenas e simples realizações.

O “sistema feudal” apresentava um estranho contraste com a constituição tribal. Com a dissolução desta última, novos agrupamentos e novas formas de integração foram necessariamente criados. Havia uma forte tendência a individualização, reforçada pela mobilidade e expansão da sociedade. Ocorria aí uma individualização em relação à unidade tribal e, em parte, também em relação à unidade familiar, da mesma maneira que ocorreriam mais tarde movimentos de individualização em relação à unidade feudal, à unidade da guilda, à unidade de classe e, repetidamente, à unidade familiar. O juramento feudal nada mais era do que a conclusão de uma aliança protetora entre guerreiros individuais, a confirmação sacramental da relação individual entre o guerreiro que dava terra e proteção e o outro que prestava serviços. (ELIAS, 1993, p. 61)

As novas formas de configuração social passaram a existir com a instituição do sistema feudal. Os trabalhadores das corporações de ofício voltados à arte da construção de templos e catedrais explicam os primórdios da maçonaria, segundo os autores filiados a este marco teórico. Podemos citar os trabalhos de Charles Webster Leadbeater em “Pequena História da Maçonaria” (2012), que apesar de retomar a fase lendária e os ocultismos derivados dela, também considera o período operativo como gênese da instituição. Outro documento disponibilizado via internet da Grande Loja de Santa Catarina<sup>5</sup> ressalta esta fronteira, mesmo admitindo a “fragilidade e a incompletude” da história da maçonaria. As corporações de ofício são relatadas em países como Alemanha, França e Itália, justificando a atuação das mesmas.

Barata (2006) também defende que o princípio da atividade maçônica se deu com as corporações de ofício:

Apesar das divergências, grande parte dos historiadores concorda que a Maçonaria, como hoje a conhecemos, é herdeira das corporações de ofício

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://glp.org.br/site/wp-content/uploads/downloads/2011/07/Hist%C3%B3ria-da-Ma%C3%A7onaria-para-Aprendizes-Per%C3%ADodo-Operativo-pela-GLSC.pdf>>. Acesso em 19 Dez 2013

surgidas durante o período medieval, as quais gradualmente tiveram sua composição social alterada com a admissão de membros da pequena nobreza, de negociantes, os chamados “maçons aceitos” (BARATA, 2006, p. 24)

Segundo o autor, o início da maçonaria enquanto corporação de ofício caminhou lado a lado aos registros documentais das ideias da instituição. Dois manuscritos são importantes para o conhecimento da maçonaria na virada do século XIV para o XV e que indicam as origens maçônicas a partir das corporações de ofício: o regius e o cooke. Estes e outros manuscritos históricos<sup>6</sup> são considerados os documentos mais antigos da maçonaria, uma vez que retratam o pensamento da época em relação à instituição. Em geral, dá-se relevância a estas publicações pela quantidade de informação de filosofia maçônica, alimentando a doutrina da instituição.

Recorrer ao passado é algo frequente entre os teóricos comprometidos (isto é, aqueles que são da maçonaria) para justificar o passado glorioso da instituição. Além da questão mitológica da bíblia (LÉVI-STRAUSS, 1978), a busca por documentos que justificassem o presente também é alvo desta construção de uma possível tradição elaborada pela própria maçonaria, com raízes fincadas em um antiquíssimo passado. O propósito é justificar com um argumento histórico as suas origens, seus feitos, enfim, os atributos da trajetória social que, transformados em ideologia, poderão ser repassados a seus integrantes. As “tradições inventadas” foram objeto de estudo de Hobsbawn (1984), que as definiu como:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

As “tradições inventadas” são, desta forma, integrantes do modo de atuação da maçonaria, como exposto. Estas práticas de cunho simbólico são utilizadas para reforçar o “passado histórico apropriado” da instituição, às vezes deixando de lado as querelas em que a maçonaria se envolveu, ou, ainda, possíveis desvios de conduta de seus membros, conforme a moral estabelecida pela instituição. Além dos rituais internos, a “invenção das tradições” ritualísticas refletem externamente através da repetição do passado:

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo

---

<sup>6</sup> Uma listagem com os principais manuscritos e comentários dos mesmos foi elaborada pelo maçom Sérgio Roberto Cavalcante, da ARLS Cavaleiros do Sol nº 42, da Grande Loja do Estado da Paraíba, disponível em: <<http://www.fraternidadefarroupilha.org/historia/antigosmanuscritos.htm>>. Acesso: 20 dez 2013

que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. (HOBSBAWN, 1984, p. 13)

Ou seja, pela imposição da repetição, o passado das tradições é repassado, de geração em geração. Outro aspecto comentado pelo autor diz respeito às dificuldades de obtenção de dados históricos condizentes com a realidade, dada o caráter restritivo de instituições fechadas – caso da maçonaria:

É mais difícil descobrir essa origem quando as tradições tenham sido em parte inventadas, em parte desenvolvidas em grupos fechados (onde é menos provável que o processo tenha sido registrado em documentos) ou de maneira informal durante um certo período, como acontece com as tradições parlamentares e jurídicas. A dificuldade encontra-se não só nas fontes, como também nas técnicas (HOBSBAWN, 1984, p. 13)

Ainda que o registro de documentos reflita uma possibilidade de resgatar as tradições históricas, estes ainda estão prejudicados, dada à desconfiança de atribuir isenção àqueles que coletaram ou, ainda, divulgaram os referidos dados. O caso dos manuscritos maçônicos (Regius e Cooke) auxiliam na documentação da história da maçonaria que, mesmo sendo uma instituição do século XVIII, rememora ao século XIV (quatrocentos anos antes) para justificar sua existência.

O Manuscrito Regius (ou poema Regius) é de aproximadamente 1390, descoberto por James O. Halliwell em 1840, um pesquisador não-maçom. Em forma de poesia, forma versos de um inglês rudimentar, arcaico, tratando basicamente de uma peça de deveres morais do homem para a sociedade. Na primeira parte, o manuscrito contempla a história da geometria conforme Euclides, seguindo de artigos para mestres e artesãos, a lenda dos quatro mártires coroados, regras de comportamento e seções estritamente filosóficas da maçonaria (BARATA, 2006).

Já o Manuscrito Cooke foi descoberto pelo pesquisador e maçom inglês Mathew Cooke em 1861, levando esta alcunha pelo seu sobrenome. A origem remonta 1410, considerado o segundo documento mais antigo da maçonaria na fase operativa. Escrito em prosa, o documento aborda as sete artes liberais da Idade Média: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia. Além das artes, identifica-se no Cooke agradecimentos a Deus ao longo do texto (FILARDO, 2010).

Em conjunto com o Manuscrito de Dowland e da Grande Loja nº 1, os Manuscritos Regius e Cooke formam as Old Charges, que em português significa “encargos antigos”. Estas são as chamadas antigas obrigações ou antigos deveres, bases do pensamento maçônico e que devem ser cumpridas por todos os maçons. É claro que ao longo dos anos este conjunto das antigas obrigações foi alterado, uma vez que traduções imprecisas e fontes não confiáveis ajudaram a disseminar os textos – nem sempre condizentes com os originais.

O acontecimento das corporações de ofício e os manuscritos supracitados nos auxiliam a compreender como a segunda fase da história maçônica se desenrolou. O contexto da operatividade da instituição é harmônico ao desenvolvimento da Idade Média. Pautada por um fervor religioso ocidental, o qual era comandado pela igreja católica, o medievo ainda teve como vestígio a justificativa do poder político em Deus; o aumento da produção local e a prática da política feudal (sobretudo na baixa Idade Média), sendo o feudo a unidade administrativa comandada pela nobreza, ao passo que o campesinato sofria com os altos impostos cobrados relativos à sua produção, em relações sociais estritamente servis; e a produção artesanal, típica das corporações de ofício, estas criadas para dar conta da transformação da matéria prima em produto final nas diversas profissões do período (SPOLADORE, 2003).

### **A MAÇONARIA ESPECULATIVA**

A transição da maçonaria operativa para a especulativa (terceira fase) deu-se justamente no hiato entre a Idade Média e a Idade Moderna, culminada com a conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos e o princípio das grandes navegações. Tais eventos apenas rememoram o fim de um ciclo medieval, pautado por algumas características sociais, políticas e econômicas diferentes daquelas costumeiras do medievo: a consolidação das cidades, iniciadas como pontos de parada (ou nós de trânsito); a expansão das fronteiras europeias a partir das grandes navegações e a busca de rotas alternativas para o comércio; o surgimento do capitalismo pré-comercial, marcado pela produção assalariada e as primeiras relações de trabalho; o antropocentrismo e a valorização do homem, traços do “renascimento” cultural, o qual visualizava a figura racional humana no centro das atenções; o humanismo, filosofia adversa aos princípios divinos, que estimulou a abertura das primeiras universidades; a reforma protestante, lideradas por Martinho Lutero e João Calvino; e um clima de revolta social campesina, indignada com os altos impostos cobrados pelos grandes proprietários e pela igreja católica.

Este cenário de alteração no pensamento social da época fez com que as construções de templos e catedrais caíssem muito em relação ao período anterior – até porque a própria igreja católica passava por um momento de crítica pelos protestantes, aliado à nova configuração espacial da sociedade em cidades. O privilégio incondicional para pertencer à ordem (a atuação na construção de obras), advinda dos maçons operativos, deixava de existir na fase especulativa. Dá-se o nome de maçom especulativo ou maçom aceito àquele que não era um construtor de fato, mas foi aceito no grupo da instituição. Uma das justificativas para esta fase foi a de que o número de iniciados na ordem caiu muito, uma vez que o número de pedreiros também diminuiu e era preciso ampliar a quantidade de maçons. Para tal, passou-se a aceitar novos membros, sem a necessidade de que fossem estritamente ligados à construção (HAYWOOD, 2013).

O nome do período (maçonaria especulativa) refere-se aos dois verbetes em latim *speculare* e *speculari*, que significam respectivamente relativas ao espelho,

transparente e colher informações minuciosas a respeito de algo. Tanto o primeiro significado quanto o segundo explicam bem as intenções da maçonaria nesta fase que perdura até os dias de hoje. Como o atual maçom não atua diretamente nas obras, nas construções, espera-se que ele seja transparente e para aceitar novos membros na instituição, busque informações a respeito do candidato, pois segundo os costumes, apenas convidados podem ingressar nas fileiras maçônicas. Além de especulativo, o maçom passou a ser aceito, isto é, alguém fora do contexto obreiro, das corporações de ofício ou ainda, se preferir, da construção do Templo de Salomão, pôde participar dos trabalhos da ordem, tradição mantida ainda pela atual prática maçônica.

O marco para a fundação da maçonaria especulativa foi a criação da Grande Loja de Londres, em 24 de junho de 1717. Quatro lojas maçônicas desta fase especulativa já estavam em funcionamento, todas em Londres: *Goose and Gridiron*, *Crown Ale House*, *Apple Tree* e *The Rummer and Grapes*. Diante desta fundação, a Grande Loja de Londres fixa um ponto na história da instituição, considerada como o surgimento da maçonaria nos moldes atuais, com um organismo central que possibilitou reunir os maçons ingleses na mesma direção de atuação (NETO, 2005).

Após a formação da Grande Loja de Londres, em 1723 houve a aprovação das constituições da maçonaria, isto é, os pilares de operação da ordem. Este documento foi elaborado por James Anderson, um escocês que vivia na Inglaterra e que acabou tornando um importante nome na história da instituição. Recebendo um agradecimento no apêndice do documento pelo trabalho realizado, Anderson passou a nomear o documento, conhecido como “Constituição de Anderson”. Este é o derradeiro documento que marca o início da fase especulativa da maçonaria, abordando a história da instituição, seus regulamentos e, sobretudo, os direitos e os deveres dos maçons dali em diante (ISMAIL, 2012).

A expansão da maçonaria deu-se rapidamente pela Europa e pela América após sua formatação pela Grande Loja de Londres – ainda que perseguida pelos governos e pela igreja católica. A participação de integrantes na instituição ampliava e, ainda que com percalços, o número de maçons só crescia, muito provavelmente pelo caráter secreto e misterioso da ordem.

Da fase operativa à fase especulativa, a principal mudança ocorreu nos locais das sessões (reuniões). Se antes os maçons operativos se encontravam nas tabernas, nos adros das igrejas ou nas cervejarias, estes passaram a se encontrar nos templos. Segundo Castellani, “As tabernas, cervejarias e hospedarias desse tempo, principalmente na Inglaterra, tinham uma função social muito grande, como local de reunião e de troca de ideias de intelectuais, artífices, obreiros dos mesmos ofícios, etc” (2004, p. 24).

## **AFINAL, O QUE É MAÇONARIA?**

A definição sobre o que é a maçonaria é um conceito ainda impreciso. Nesta seara, deparamo-nos com o mesmo problema apontado anteriormente, relativo à

consulta de fontes confiáveis sobre a instituição. Nossa preocupação é relatar algo condizente com o que é praticado no interior dos templos maçônicos, afastando qualquer tipo de informação não precedente ou carente da verdade. Todavia, esta tarefa pode ser prejudicada, uma vez que não possuímos acesso às discussões das sessões maçônicas, tampouco conhecemos a fundo os rituais praticados. A missão é descrever do modo mais aproximado os pilares da instituição, seus usos e costumes, sua crença, enfim, seus princípios.

Assim, a procura da definição do que é a maçonaria segue a mesma preocupação metodológica supramencionada, visualizando tanto a face maçônica comprometida, engajada, um discurso que vem das fileiras dos templos, quanto às explicações acadêmicas registradas sobre o universo da instituição. Utilizamos para esta finalidade as respostas públicas dadas pela própria maçonaria para se auto-definir, aliada aos estudos acadêmicos da área.

O propósito é indicar os caminhos para a resposta do que é a maçonaria sob três aspectos: 1) as origens da questão filosófica, abordando os princípios capitais da ordem, seus ideais, seus dogmas, seus paradigmas, enfim, sua doutrina; 2) a definição formal do que é a maçonaria; 3) e sua estrutura organizacional interna, sobretudo quanto às lojas ou oficinas, unidades normalmente locais. A atuação da maçonaria como um conjunto e os aspectos da instituição no Brasil também será brevemente abordada.

A filosofia maçônica é elaborada por autores da própria instituição. Como não há data precisa ou teoria amplamente aceita e precisa que relate a fundação da ordem e quem elaborou os principais argumentos teóricos, a tendência observada é a transmissão do saber pela história oral (no princípio), repassada de maçom a maçom dentro dos próprios templos – daí a peculiaridade dos membros de não traçar ou gravar os rituais detalhadamente, por exemplo, em papel ou registro escrito. Diante do caráter discreto (ou até mesmo secreto) dos trabalhos realizados, no momento em que há o registro minucioso do que ocorre nas sessões, a informação pode ser repassada, correndo o risco de não guardar o sigilo. Logo, em face desta preocupação, muito se perdeu ao longo dos anos quanto à história e filosofia maçônica.

Considerando a questão do sigilo, não existe uma única filosofia que embasa a maçonaria, uma vez que o modo de pensamento e de ação dos seus membros formou-se ao longo dos anos, pelos costumes e pela tradição de repassar os conteúdos oralmente. Todavia, existem tendências que fundam o pensar e o agir dos maçons. O documento mais importante do ponto de vista filosófico é a “Constituição de Anderson”, que como dito anteriormente proporciona aos maçons o conhecimento geral sobre o que é a instituição. Além dela, outros autores engajados foram construindo tempo a tempo a filosofia da maçonaria, constando diversas publicações sobre a temática (ISMAIL, 2012).

James Anderson (1679-1739) foi um maçom inglês e publicou no ano de 1723 uma espécie de manual intitulado “Constituição dos Maçons Livres” – posteriormente conhecido como “Constituição de Anderson”, levando a alcunha do seu autor. Esta

constituição contém os princípios essenciais da maçonaria, suas bases filosóficas e morais e a organização interna das lojas maçônicas. Por estas razões, o texto de Anderson até hoje disciplina os membros da maçonaria. Em seu conteúdo há uma dedicatória ao Duque de Wharton, grão-mestre da potência maçônica que Anderson pertencia (ISMAIL, 2012). Na seção subsequente, existem seis obrigações de um “pedreiro livre”, relacionadas a Deus e à religião, à organização governamental, às lojas, aos maçons em geral e de comportamento. Além disso, constam algumas obrigações para a ordenação interna das lojas, como a atuação dos cargos e os deveres dos oficiais.

Em decorrência do texto de Anderson, a maçonaria passou a se estruturar a partir do Século XVIII, considerando sempre as obrigações impostas por aquele texto. Outro fator relevante da filosofia maçônica são os *landmarks* (ou marco de terra, pontos de referência), utilizados como princípios de conduta e organização das lojas maçônicas. O próprio texto de Anderson foi tratado como um landmark, resumindo em alguns pontos os ideais capitais da filosofia da instituição. O conjunto de landmarks mais conhecido é o de Albert Mackey (1807-1881), que reúne vinte e cinco pontos de relevância para o conhecimento de um membro da maçonaria. Em geral, o conjunto apontado por Mackey prescreve a crença em Deus e na imortalidade da vida, a organização dos ensinamentos em três graus em um sistema de símbolos e alegorias, o uso do volume da lei sagrada (que pode ser a bíblia) nos trabalhos maçônicos e o sigilo na realização dos trabalhos da instituição (DORON, 2002).

Esta origem filosófica do que preconiza a maçonaria nos moldes que conhecemos atualmente ainda é propagada pela instituição. Se observarmos a definição dada pelo Grande Oriente do Brasil (GOB), a instituição maçônica mais antiga do país, fundada em 1822<sup>7</sup>, disponível em seu portal na internet, notamos que a ordem maçônica ainda carrega os traços de Anderson e Mackey:

A Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. É filosófica porque em seus atos e cerimônias ela trata da essência, propriedades e efeitos das causas naturais. É filantrópica porque não está constituída para obter lucro pessoal de nenhuma classe, senão, pelo contrário, suas arrecadações e seus recursos se destinam ao bem-estar do gênero; É progressista porque partindo do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito, não se aferra a dogmas, prevenções ou superstições. Seus princípios são a liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, raças, nações; a igualdade de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, a raça ou nacionalidade; a fraternidade de todos os homens. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2014)

Esta definição é a mesma dada pela Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), que também adota o sistema de perguntas e respostas para propagar os ideais

---

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a história do Grande Oriente do Brasil, consultar o livro José Castellani e William Almeida de Carvalho, “*História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na história do Brasil*”, São Paulo: Madras, 2009.

maçônicos. Já a Loja Maçônica São Paulo nº 43<sup>8</sup>, pertencente à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, diverge ligeiramente desta explicação supracitada:

A Maçonaria é uma Ordem Universal formada de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, acolhidos por suas qualidades morais e intelectuais e reunidos com a finalidade de construir uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor à Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo, com Tolerância, Virtude e Sabedoria e com a constante investigação da Verdade e sob a tríade LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, dentro dos princípios da Ordem, da Razão e da Justiça, o mundo alcance a Felicidade Geral e a Paz Universal. (LOJA SÃO PAULO nº 43, 2014)

Pelo exposto, ambas as definições dispostas apontam que a maçonaria (segundo os maçons) busca o auxílio e a tolerância entre seus integrantes, com o objetivo de promover a paz e a fraternidade mundial, além de passar seus ensinamentos morais e filosóficos através de um sistema educativo. Se questionarmos, assim, a definição “comum” do que é a maçonaria para os seus integrantes, outra questão também deverá ser ponderada: afinal, a maçonaria possui uma ideologia específica?

Se considerarmos *grosso modo* que a ideologia é o “estudo do conjunto de ideais”, podemos sinalizar que a maçonaria tem uma ideologia específica, algo que nos propusemos a analisar adiante. A ideologia política tem a finalidade de indicar quais são os caminhos para seguir em relação a determinado assunto e, conseqüentemente, orientar as ações de um grupo social. Apesar da maçonaria não ser uma instituição coesa (como a seguir veremos a partir de suas subdivisões), o conjunto de ideias praticadas e aceitas por seus membros é praticamente uniforme. Ou seja, apesar das divisões internas e organização própria, os maçons seguem um estilo de conduzir seus pensamentos (inclusive políticos), inspirado no conteúdo acima exposto.

Heywood (2010) nos apresenta o conceito de ideologia, bem como suas características específicas:

É um conjunto de ideias mais ou menos coerente que fornece a base para a ação política organizada, a qual pode ter a intenção de preservar, modificar ou derrubar o sistema de poder vigente. Portanto, todas as ideologias teriam as características a seguir:

- (a) oferecem uma explicação da ordem vigente, normalmente na forma de uma “visão de mundo”;
- (b) desenvolvem um modelo de futuro desejável, uma concepção de “sociedade ideal”;
- (c) explicam como a mudança política pode ser realizada – como chegar de (a) a (b). (HEYWOOD, 2010, p.25)

Ainda segundo a visão deste autor, o estudo da ideologia e suas manifestações são necessários, auxiliando a compreensão de nosso argumento:

---

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://www.lojasaopaulo43.com.br/maconaria.php>>. Acesso em 19 Jan 2014.

Estudar “ideologias” é se ocupar da análise do conteúdo do pensamento político, estar interessado nas ideias, nas doutrinas e teorias que foram desenvolvidas nas várias tradições ideológicas. Por exemplo, o que o liberalismo nos diz sobre liberdade? Por que os socialistas tem uma tradição de defesa da igualdade? Como os anarquistas sustentam a ideia de uma sociedade sem Estado? Por que, para os fascistas, o conflito e a guerra são saudáveis? (HEYWOOD, 2010, p. 18)

Logo, é importante se inteirar sobre as ideias de determinado grupo quando se deseja compreender o modo de pensamento do mesmo. Assim, algumas questões são inerentes à maçonaria: ela tem, portanto, uma ideologia definida, determinando a visão de mundo da instituição? Há espaço para a prática política ideológica dentro da instituição? A maçonaria apresenta uma concepção de “sociedade ideal”? Quais são os indícios que caracterizam a presença da ideologia maçônica nos acontecimentos políticos do Brasil? A partir da ideologia da maçonaria podemos definir o ethos de classe<sup>9</sup> de seus membros?

Nesta análise acerca da definição sobre o que é a maçonaria e qual a sua ideologia, pondera-se que existem variações em pequenos detalhes de acordo com cada autor. Todavia, o significado do que é maçonaria segue um “consenso” por quem dedica a pesquisá-la. Exemplo disto é o depreendimento exposto pelo grupo dos que fazem parte de um discurso descomprometido acadêmico. Colussi nos aponta como a caracterizou enquanto instituição:

Em termos genéricos, podemos definir a maçonaria como uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros (COLUSSI, 2003, p. 35).

Observamos que a maçonaria possui um ponto congruente das suas definições: a fraternidade entre os membros da instituição, presente em ambas. Este conceito, aliado ao de liberdade e de igualdade, são produtos da ideologia da Revolução Francesa (1789-1799), um conjunto de processos que culminaram com a queda da monarquia absolutista na França. Este período de intensa agitação social e política é dividido em quatro partes, segundo Florenzano (1981): a revolução aristocrática (1787-1789), a revolução burguesa (1789-1799), a revolução camponesa (1789-1793) e a revolução do proletariado urbano (1792-1794).

Por se tratar de uma revolução burguesa e, neste sentido, a maçonaria surgir em consonância com o apogeu da burguesia ao poder, os elementos ideológicos da instituição e da revolução francesa estavam intimamente ligados:

---

<sup>9</sup> Conceito de Pierre Bourdieu (2005), que explicaremos adiante.

Assim, a burguesia, sem abandonar o desejo de penetrar na aristocracia, começava cada vez mais a aderir às novas ideias que estavam no ar, isto é, às ideias do iluminismo. O grande desenvolvimento da filosofia e da ciência no Século XVIII, conhecido como o século das luzes, decorria do próprio progresso material (desenvolvimento das forças produtivas) e do crescimento e diversificação da burguesia. O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos que assentava o antigo regime, revelava suas contradições e os tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas (FLORENZANO, 1981, p. 24)

Desta maneira, a revolução francesa – burguesa, quanto à questão ideológica, também foi cenário do surgimento da maçonaria, uma instituição em que a classe dominante de seu quadro associativo pode ser considerada como elite estratégica da sociedade<sup>10</sup>, conforme na quinta parte desta tese<sup>11</sup>.

Por outro lado, o discurso ideológico presente nos significados maçônicos é identificado na questão do aperfeiçoamento intelectual e a promoção de atividades filantrópicas, pois a ideologia maçônica é exposta claramente àqueles que buscam interpretá-la. Contrapondo-a, notamos a preservação do segredo como ponto chave na definição acadêmica dada por Colussi, além da existência de rituais e símbolos, elementos estruturantes da condição maçônica, pelos quais a doutrina institucional é repassada aos integrantes.

Segundo Colussi (2003), a maçonaria opta em não orientar politicamente seus membros. Apesar deste adendo, a maçonaria é reconhecida no Brasil principalmente pela participação na história política do país. Podemos citar apenas dois aspectos que comprovam tal afirmação: a atuação nos processos que culminaram com a independência do Brasil diante de Portugal; e a atuação de maçons durante os episódios da Proclamação da República em 1889.

Os trabalhos de Barata (2006), Cordeiro (2008) e Gomes (2010) auxiliam a compreender a atuação dos maçons durante os acontecimentos relacionados à independência do Brasil. Gomes (2010) aponta uma tendência que comentamos anteriormente: a maçonaria participou fundamentalmente da independência do Brasil, entretanto este não era um grupo único:

A maçonaria teve papel fundamental na Independência, mas é um erro apontá-la como um grupo homogêneo. Nem de longe os maçons foram unânimes nas suas opiniões. Ao contrário, ali que travaram algumas das disputas mais acirradas do período que envolveram ninguém menos do que o jovem príncipe regente e futuro imperador Pedro I (GOMES, 2010, p. 237)

---

<sup>10</sup> Conceito explorado por Ismail (2013). Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2013/03/maconaria-x-elite-estrategica.html>> Acesso: 20 fev 2016.

<sup>11</sup> Conceito também abordado em “The Rise of the Public in Enlightenment Europe” de James Van Horn Melton.

A maçonaria brasileira estava dividida em dois grupos: por um lado, Joaquim Gonçalves Ledo liderava os republicanos; por outro, José Bonifácio de Andrada e Silva capitaneava os monarquistas-constitucionalistas, com a manutenção de D. Pedro I no poder. Pedro I que frequentava as sessões da maçonaria de ambos, articulando sua ideologia política com os integrantes da instituição. Esta atividade da instituição crescia mediante a ausência de partidos políticos, criados somente após a independência:

Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro. O historiador Manuel de Oliveira Lima diz que a maçonaria funcionou em 1822 como “uma escola de disciplina e de civismo e um laço de união entre esforços dispersos e dispersivos”. (GOMES, 2010, p. 238)

A ausência dos partidos políticos – típicos espaços de debate na arena política, demonstrou como a maçonaria interferia na política nacional. A intenção da instituição no início do século XIX era propagar os ideais e, conseqüentemente, transportá-los para as práticas políticas. Prova disso são os personagens das disputas internas e políticas dentro da maçonaria: D. Pedro I soube utilizar o prestígio institucional a seu favor e, neste sentido, além de ser a figura mais importante da política da época, foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB). José Bonifácio de Andrada e Silva também o foi, sendo estes as figuras que comandaram esta instituição de 1822 a 1837.

A atuação política da maçonaria durante a Proclamação da República também foi intensa. Como citado adiante, todos os presidentes do Brasil da Primeira República eram maçons e, às vezes, também presidia o Grande Oriente do Brasil, potência maçônica mais importante do período. Logo, a ampliação da atuação da na maçonaria na política se perpetuou e, o Marechal Deodoro da Fonseca – o primeiro presidente da república, assumiu como Grão-Mestre do GOB logo após o término de seu mandato<sup>12</sup>.

## **OS ASPECTOS DA SOCIABILIDADE MAÇÔNICA**

Considerando estas duas definições e a ideologia institucional, optamos por criar uma nomenclatura própria do que a maçonaria oferece aos seus integrantes. Aquém dos possíveis “mistérios e segredos” existentes dentro de uma sessão da instituição, enfatizamos que estas tentativas de caracterizar “o que é a maçonaria?” são importantes para delinear as questões envolvendo a participação das mulheres na instituição, ou seja, tais explicações contribuem para a análise sobre o ingresso de seus membros, elementos presentes adiante neste trabalho.

Quanto à definição, entendemos que a maçonaria é uma associação que valoriza a fraternidade entre seus integrantes e está organizada basicamente por intermédio de símbolos e rituais (conforme Colussi, 2003), mas que prioriza a posição social para

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.gob.org.br/index.php?c=4637>> Acesso: 20 fev 2016.

ingresso como critério fundamental – esta que será, em muitas vezes, substituída pelo segredo após a “iniciação” ou ingresso de um candidato na instituição.

O interesse em priorizar a posição social diz respeito ao processo de iniciação (ou ingresso) na instituição, uma vez que a preferência comumente é colocada aos que integram uma classe social mais elevada na sociedade. Tal constatação parte do princípio de que para ingressar na maçonaria é necessário ter estabilidade financeira, considerando as taxas de iniciação, mensalidades e demais emolumentos – que explicaremos adiante.

Se considerarmos que a posição social é um critério fundamental para ingresso na maçonaria e os integrantes da maçonaria participam de uma elite, concordamos com Wright Mills (1968), que salienta: a elite não age separadamente, mas sim em conjunto. Para ele, as elites surgiram a partir da cúpula do poderio militar, político e econômico. Ou seja, no cume destes três campos nasceram as “altas rodas” – agora denominadas de elites. Desta visão, Mills argumenta: “a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio” (MILLS, 1968, p.17). Há de se anotar: entende-se como poderoso quem pode realizar algo a partir da própria vontade, sem depender da aprovação (ou não) de outros<sup>13</sup>.

As altas rodas compreendem um estrato social superior, na qual os membros se vêem, se conhecem e possuem afinidades comuns. Por estas características peculiares, diversos fatores são levados em consideração para a tomada de decisões. Assim, a elite funda-se no “círculo íntimo” das classes superiores (as altas rodas), compondo, portanto, o estrato elevado da sociedade capitalista:

Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. Têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante (MILLS, 1968, p.20)

Wright Mills enfatiza que as elites são idealizadas como quem se auto-define. Esta “idealização” pode ocorrer de dois modos: ou é realizada pela própria elite (ação afirmativa) ou outros posicionam determinado grupo como elite (identificação dos demais perante aos aqui expressos como diferenciados). O caso da maçonaria parece-nos tratar de uma elite de ambos os tipos: tanto há a afirmação através da ideologia política da instituição nos períodos citados, quanto há o reconhecimento social de que este é um organismo que pode alterar a dinâmica da sociedade.

---

<sup>13</sup> Se tal pessoa pode então realizar algo sem depender de outro, a noção de poder aqui se refere ao individual. E, se o poder da própria pessoa é exercido, esta conseqüentemente pode participar da elite.

A ênfase da posição daqueles que ocupam o poder é chamada de “método posicional” para Wright Mills, pois este considera aqueles que exercem posições privilegiadas no exercício do poder. O método posicional torna-se válido referente à argumentação do autor. Se a elite é um grupo que age de maneira homogênea, unificada, esta também exerce o poder político, militar e econômico – ou seja, nas três áreas de atuação e congruência dos membros da elite do poder. O argumento consolida-se quando Mills demonstra que as elites estão em constante processo de mudança: “É por isso que podemos definir a elite do poder em termos dos meios de poder – como sendo os que ocupam os postos de comando” (MILLS, 1968, p.34).

Portanto, à luz dos argumentos de Wright Mills, podemos afirmar que a maçonaria prioriza a posição social, pois integra a elite da sociedade e, se considerarmos a atuação dos maçons no século XIX no Brasil, as “altas rodas” também comandavam as relações de poder, uma vez que, na maioria dos casos (conforme exposto) os maçons atuavam na política, no militarismo e, conseqüentemente, na composição da elite econômica brasileira.

## CONCLUSÃO

Muito mais remota do que a definição oriunda da revolução francesa, a maçonaria traz uma série de complexidades em suas origens mais misteriosas, vale dizer, fases mitológicas, mais primitivas/lendária da instituição. Autores baseados em evidências científicas contestam essa origem classificada como primeira fase apresentando uma segunda fase, mais “explicativa” de sua origem, denominada “fase operativa”. Esta, por sua vez, é ligada diretamente às corporações de ofício, no contexto do século XII, com destaque para os manuscritos maçônicos Regius e Cooke. Por fim, há a transição da fase “operativa” para a “fase especulativa” justamente no hiato entre a Idade Média e a Idade Moderna, culminando na conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, o início das grandes navegações e tendo como grande marco a criação da Grande Loja de Londres, em 1717.

O fato de pertencer à ordem antes privilégio dos “maçons operativos”, deixa de existir na fase especulativa. Mais itinerante e menos baseada em templos/catedrais, dá-se o nome de “maçom especulativo” (do latim *speculare/speculari*, que sugerem transparência e informações minuciosas) ou “maçom aceito” àquele que não era um construtor de fato, mas alguém aceito no grupo da instituição. Esse panorama nos auxilia a finalmente compreender as possíveis definições da maçonaria. Uma delas é a proposta pelo Grande Oriente do Brasil (GOB), a instituição maçônica mais antiga do país (1822) e também pela Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), ambas remetem suas definições aos textos clássicos de Anderson e Mackey, ou seja, sugerem a maçonaria como uma organização de auxílio e tolerância entre seus integrantes, com um objetivo pacífico e fraterno e de ensinamentos morais e filosóficos por meio da educação e materializada também com forte carga de símbolos e rituais.

A partir das definições aqui expostas, vinculamos a sociabilidade dos integrantes com aspectos relacionados a interesses/posições sociais dos mesmos. Percebemos uma intensa participação de seus membros em períodos chaves da história política brasileira, revelando assim, a despeito dos impedimentos institucionais, evidentes posições ideológica/política(s) de seus membros.

Quer dizer, o que consta para a participação e perpetuação no sistema maçônico cabe basicamente à posição social ocupada. O critério de ingresso na instituição é a posição social, o que estimula grupos de sociabilidade de seus integrantes. Quanto mais elevada a posição social, mais relevante para a organização, buscando um perfil de recrutamento de seus membros a partir deste critério.

Enquanto espaço de sociabilidade burguesa, a maçonaria notabilizou-se ao longo dos séculos e, a partir desta fase especulativa, demonstra que as disputas políticas – outrora compostas de partidos políticos e demais âmbitos sociais, abre espaço para filantropia e mantém, sobretudo a tradição de criar vínculos sociais estritamente burgueses, em uma sociedade discreta que suscita tal capital social.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Leya, 2016.

ASSIS CARVALHO, Francisco de. Cadernos de estudos maçônicos: ritos e rituais. Londrina, A Trolha, 1993.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. Espaço Social, Campo Social, Habitus e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu. Revista Espaço Acadêmico. Ano III, n. 24, Maringá, Maio 2003. Tradução Antônio Marques Bessa.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822. São Paulo: Annablume, 2006.

BELLINI, Moyses. Grande Oriente do Brasil – Paraná: uma síntese de sua história. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2002.

BONNEWITZ, P. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

BOURDIEU, Pierre A ilusão biográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado, Usos e abusos da história oral - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

BOURDIEU, Pierre La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas, São Paulo: Brasiliense, 1990.

- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Meditações pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. Revista Economia, Brasília(DF), v.13, n.3b, p.897–916, set/dez 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, William Almeida de. Pequena história da maçonaria no Brasil. Revista de Estudos Históricos de La Masoneria. San José – Costa Rica: v.2, n.1, p. 30-58, mai-nov. 2010.
- CARVALHO, William Almeida de. 200 anos de maçonaria no Brasil: cenários e perspectivas. Revista Ao Zênite. 9 Ed. Brasília: Grande Oriente do Distrito Federal, 2010b. Disponível em: < [http://www.godf.org.br/ao\\_zenyte/ao\\_zenyte9.pdf](http://www.godf.org.br/ao_zenyte/ao_zenyte9.pdf)>. Acesso em: 07 set 2015.
- CARVALHO, William Almeida de. Maçonaria no Brasil: análise da produção científica universitária. Pietre-Stones Review of Freemasonry, 2007. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/22carvalho.html>> Acesso em: 28 ago 2015.
- CASTELLANI, José. Cartilha do Aprendiz. Londrina: A Trolha, 2004. 4. ed.
- CASTELLANI, José. CARVALHO, William Almeida de. História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil. São Paulo: Madras, 2009.
- CASTRO, Celso. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- CAVALCANTE, Sérgio Roberto. Os antigos manuscritos. Disponível em: <<http://www.fraternidadefarroupilha.org/historia/antigosmanuscritos.htm>>. Acesso: 20 dez 2013.
- CHARLE, Christophe. A Prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). Por Outra História das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CODATO, A. PERISSINOTTO, R. Por um retorno à Sociologia das elites. Rev. Sociol. Polít., Curitiba: v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008
- COLUSSI, Eliane. A maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: UPF, 2003.
- CONFEDERAÇÃO MAÇÔNICA DO BRASIL. Portal da COMAB na internet. Disponível em: <[www.comab.org.br](http://www.comab.org.br)> Vários acessos.

CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL. Súmula das assembleias. Brasília: edição própria, 2014.

Portal da CMSB na internet. Disponível em: <[www.cmsb.org.br](http://www.cmsb.org.br)> Vários acessos.

CORDEIRO, Vita Lopes. A influência política da maçonaria no período da pré-independência do Brasil. Monografia (especialização). Brasília: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

COSTA, Frederico Guilherme. A Maçonaria e a República. Londrina: Ed. Maçônica A Trolha, 2003.

DORON, Daniel. Freemasonry: landmarks and old charges. Tel Aviv: Regular Meeting n. 18 of Montefiore Lodge, 2002. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/doron.html>> Acesso em: 07 set 2015.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 2. ed.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 11 Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURÃO, João Ferreira. Pequena história da maçonaria no Brasil. São Paulo: Madras, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 2 v.

FILARDO, José Antônio de Souza. (trad.) O Manuscrito Cooke. (2010). Disponível em: <<https://bibliot3ca.files.wordpress.com/2011/03/manuscrito-cooke.pdf>> Acesso em: 07 set 2015.

FLORENZANO, Modesto. As revoluções burguesas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREITAS, Celma. A prática em Bourdieu. Revista Científica FacMais, Inhumas, Volume. I, Número I. Ano 2012/1º Semestre.

GONÇALVES, N. G. Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva, O poder local e o coronelismo do Estado do Paraná (1880-1930). Dissertação (mestrado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2004.

HAMILL, John. Teorias sobre a origem da Maçonaria. Revista Internacional Hiram Abif. Mar del Plata: n. 9/10, nov-dez. 2000. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/teorias-sobre-a-origem-da-maconaria/>> Acesso em: 07 set 2015.

HAYWOOD, H.L. Como a maçonaria operativa se transformou na maçonaria especulativa: o período de transição. Outubro, 2013. Disponível em: <<http://joseroberto735.blogspot.com.br/2013/10/como-maconaria-operativa-se-transformou.html>> Acesso em: 07 set 2015.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano & PERISSINOTO, Renato. Como estudar elites? Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HEYWOOD, Andrew. Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo. v.1. São Paulo: Editora Ática, 2010.

HOBBSAWN, ERIC; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNTER, Floyd. Community Power Structure: A Study of Decision Makers. Garden City: 1963, Anchor Books.

ISMAIL, Kennyo. Desmistificando a maçonaria. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

ISMAIL, Kennyo. A verdadeira história dos primórdios da maçonaria no Brasil. Blog “No Esquadro”: Novembro, 2011. Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2011/11/verdadeira-historia-dos-primordios-da.html>>. Acesso em: 20 ago 2015.

ISMAIL, Kennyo. O que é filosofismo. Blog “No Esquadro”: Fevereiro, 2012. Disponível em: <http://www.noesquadro.com.br/2011/02/o-que-e-filosofismo.html>. Acesso em: 10 mai 2014.

ISMAIL, Kennyo. História da maçonaria para adultos. Blog “No Esquadro”: Março, 2012. Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2012/03/historia-da-maconaria-para-adultos.html>>. Acesso em: 19 dez 2013.

ISMAIL, Kennyo. A colonização maçônica inglesa: na contramão dos princípios maçônicos. Blog “No Esquadro”: Setembro, 2014. Disponível em: <<http://www.noesquadro.com.br/2014/09/colonizacao-maconica-inglesa-na-contramao-dos-principios-maconicos.html>>. Acesso em: 20 ago 2015.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LEADBEATER, C.W. Pequena história da maçonaria. 12. Ed. São Paulo: Editora Pensamento, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e significado. Tradução Antônio Marques Bessa. Coletivo Sabotagem, 1978.

LOJA MAÇÔNICA SÃO PAULO 43. Portal da Loja Maçônica São Paulo n. 43. Disponível em: <<http://www.lojasaopaulo43.com.br/maconaria.php>>. Acesso em 19 Jan 2014.

- LOVE, Joseph L. and BARICKMAN, Bert. J. "Regional Elites". In CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D (eds.), *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*, Nebraska, The University of Nebraska Press, 1991, pp. 3-22.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Globo 1950.
- MATOS, Carlos Eduardo; NASTACCI, Samantha; FIGUEIREDO DE SÁ, Davi. *A maçonaria na história*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2015.
- MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MILLS, C. Wright.. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana*. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 9, nº 17, jan/jun, 2007. P. 204-264.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MOSCA, Gaetano. *A classe dirigente*. In: Souza, Amaury de (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Col. "Textos Básicos de Ciências Sociais", 1966.
- MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas: desde a antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- NETO, Elias Mansur. *O que você precisa saber sobre maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2005.
- PARETO, Vilfredo. *Tratado de sociologia geral*. In: Rodrigues, José Albertino (org.). *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática. Col. "Grandes Cientistas Sociais", v. 43, 1984.
- PERISSINOTTO, Renato. *Notas metodológicas sobre o estudo de elites*. Curitiba: Nusp, 2003.
- PIRES, Joaquim da Silva. *A cisão maçônica brasileira de 1927*. Londrina: A Trolha, 2015.
- PROBER, Kurt. *Achegas para a história da maçonaria paranaense*. Curitiba: Ex-Libris, 1978.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANT'ANNA, Anderson de Souza. SOUZA, Iago Vinicius Avelar. *A sociologia de Bourdieu: aplicações e potencialidades em pesquisas em administração*. Bento Gonçalves: XXIII Enangrad - Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 2012.
- SANTIN, Janaína. LORENZONI, André Luiz. *Liberalismo e Direito na formação de bacharéis e instituições políticas e jurídicas no Brasil imperial*. MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 49-64, jan./jun.2013

SCHÜLER, Octacílio Sobrinho. Uma luz na história: a formação e o sentido da COMAB. Florianópolis: Editora cultural O Prumo SC Ltda, 1998.

SCHÜLER, Octacílio Sobrinho. Maçonaria: introdução aos fundamentos sociológicos. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

SPOLADORE, Hercule. História da maçonaria paranaense no século XIX. Londrina: Ruahgraf, 2007.

SPOLADORE, Hercule. Comentários sobre os graus primitivos da Maçonaria. São Paulo: VII Jornada Maçônica Zona Leste de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://deusecaridadenona.com.br/comentprimitivos.pdf>>. Acesso em: 07 set 2015.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VALENCIANO, Tiago. Qual carreira? O perfil dos grão-mestres da maçonaria paranaense. Porto Alegre: V Seminário Nacional de Ciência Política, 2013.

WEBER, Max. Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. V.1 3. Ed. Brasília: UnB, 1994.

ZUCOLI, Hiran Luiz. A Maçonaria no Paraná. Curitiba: edição do autor, 2001.

ZUCOLI, Hiran Luiz Museu Maçônico Paranaense. Portal do Museu na internet. Disponível em: <[www.museumaconicoparanaense.com](http://www.museumaconicoparanaense.com)> Vários acessos.